

Maria Marta Lobo de Araújo
Universidade do Minho

Bracara Augusta, 133 (2025), 7–12 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaaraugusta.v73i133.48

EDI TO RI AL

O presente volume da Revista *Bracara Augusta* conta com 12 artigos e seis resenhas e segue a linha editorial iniciada no número anterior. Inseridos em temáticas da cidade e da região, os trabalhos publicados abordam matérias diversas da Arqueologia, da História e do Património, confirmando a renovação historiográfica que propusemos.

O texto de Miguel Ayres de Campos faz-nos recuar ao século XI para dar a conhecer as vivências do couto de Gondufe, Ponte de Lima, entre a centúria referida e quinhentos. Nascida provavelmente entre os séculos X e XI, a paróquia de Gondufe contaria com um núcleo populacional de reduzida dimensão, que foi crescendo lentamente e originando a construção de uma igreja, onde se providenciassem os sacramentos e se enterrassem os mortos. Nos inícios do século XII a comunidade de Gondufe encontra-se já «perfeitamente consolidada».

Foi o cruzamento de várias fontes que possibilitou ao autor resgatar a memória de uma comunidade alto minhota na longa duração. A análise das inquirições permite conhecer a conjugação de vários poderes e, simultaneamente, acompanhar o desenvolvimento da vida quotidiana, com destaque particular para alguns homens, mas também para conflitos entre instituições e pessoas. A partir de 1399, Gondufe passou,

para a posse de Fernão Anes de Lima, relevante família local, por mão de D. João I, dando origem a um importante potentado em toda a região do Alto Minho, ligado por um conjunto de redes de parentesco e amizade. Associada aos arcebispos de Santiago de Compostela, bem como outras terras minhotas, Gondufe foi ter às mãos da Casa de Bragança, mediante contrato assinado entre o representante do duque de Barcelos e a Sé compostelana.

O trabalho seguinte, da autoria de Maria do Céu Barros, analisa a cultura material dos cônegos de Guimarães em finais da Idade Média, demonstrado gostos pessoais, sociabilidades e quotidiano. O estudo baseia-se nos testamentos de três clérigos, da segunda metade do século XV, e aponta para a morte enquanto momento de conservação da memória, bem como de projeção de uma certa identidade, num período particularmente difícil para a Colegiada.

Nos casos analisados, a autora fornece dados biográficos interessantes, que auxiliam na definição de um perfil dos benfeitores e na contextualização dos bens deixados. A análise dos bens mencionados nos testamentos aponta para dados en-

cabeçados por objetos preciosos, têxteis domésticos e objetos de cozinha. Segue-se uma interessante lista de outros bens, onde se inclui também vestuário, mobília, livros, dinheiro, entre outros. O estudo demonstra uma diversidade de bens e encontra em Gonçalo de Carvalhais o seu número mais elevado. Através da lista de categorias estabelecidas no estudo dos bens, a autora caracteriza cada uma e atribui-lhes funcionalidades, ao mesmo tempo que as remete para o seu dono. É interessante verificar como estes homens ocupavam os tempos de ócio: João Álvares dedicava-se ao jogo do fito, enquanto Gonçalo de Carvalhais jogava xadrez e gamão. Os grandes beneficiários destes testamentos foram a família, herança normalmente sujeita a cláusulas, os criados e a Colegiada. Os níveis diferentes de riqueza apresentada demonstram um clero secular atento à construção do património, mas simultaneamente os valores sociais, culturais, mentais, económicos e simbólicos das elites vimaranenses no período em análise.

Os inícios do século XVI são o tempo histórico que baliza o texto de António Pereira sobre os elementos e as técnicas de construção da igreja de Vilar de Frades, obras efetuadas durante a prelatura de D. Diogo de Sousa (1505–1532). Importante edifício de arquitetura religiosa do Noroeste português, o convento de Vilar de Frades encontra na Idade Média e na Idade Moderna um relevante tempo de construção. Foi, contudo, no tempo do arcebispo D. Diogo de Sousa, em Braga, que a igreja ganhou centralidade, o que levou o autor a debruçar-se sobre a capela-mor e o transepto da igreja, trabalhando os aspetos relacionados com a sua construção.

De origens medievais, a igreja foi sujeita a um programa de obras mandadas fazer durante os inícios de quinhentos,

por se encontrar em ruínas e não responder às exigências do tempo. As obras efetuadas na capela-mor dotaram-na de uma nova visão arquitetónica, de rasgos renascentistas, ao mesmo tempo que lhe retiraram a sua feição arquitetónica medieval. Uma análise pormenorizada à construção da capela-mor e às obras que lhes foram feitas no século XX demonstra a complexidade da construção, mas simultaneamente os gostos estilísticos seguidos no século XVI. Já no que diz respeito ao transepto, a leitura feita evidencia os momentos da sua construção em quinhentos e as obras de intervenção realizadas nas centúrias seguintes. Estes dois espaços demonstram a renovação a que foram sujeitos durante a prelatura de D. Diogo de Sousa, que os revestiu de grande monumentalidade.

O trabalho de António Francisco Barbosa objetiva o estudo dos rituais festivos limianos, durante os séculos XVIII e XIX, centrado no desempenho das confrarias do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Carmo, mormente as diferenças existentes entre as duas. Partindo de uma reflexão sobre o universo confraternal da vila alto minhota e da igreja matriz como seu epicentro, o autor convoca o sagrado e o profano para abordar os rituais festivos. Com vários momentos festivos, estas instituições promoviam as suas festas e participavam nas das suas congéneres, o que potenciava um elevado número de festividades e de momentos de sociabilidades e convívio.

Missas, sermões e procissões compunham normalmente o programa religioso, ao que se associava o profano composto por fogo de artifício, música, bailes, corridas de touros e fogueiras, como se verificava na confraria do Santíssimo Sacramento. Eram momentos de ostentação, de pompa, de teatralidade e de grandiosidade! Mais restritiva nas suas festividades,

a confraria de Nossa Senhora do Carmo privilegiava a missa cantada, os sermões e a procissão no dia em que celebrava a sua padroeira, restringindo o seu programa ao sagrado. Ambas as confrarias são exemplo de um tempo de grande significado do religioso, mas também de diversas formas de o entender e viver.

Liliana Neves serviu-se das fontes do arquivo da Misericórdia de Braga para analisar a assistência aos viajantes no hospital de S. Marcos ao longo dos séculos XVII e XVIII, chamando a atenção do papel destas confrarias no auxílio prestado aos que se encontravam em viagem. Procurando conhecer estes homens e mulheres deslocados e os serviços que a Santa Casa lhes prestava, a autora busca nas fontes existentes respostas para as perguntas que formula.

A análise efetuada aos poucos livros de registo de doentes que se preservam no hospital de S. Marcos para a Idade Moderna possibilita verificar a baixíssima percentagem de viajantes, a sua naturalidade e as doenças de que eram portadores. A análise da sua naturalidade prova que a grande maioria era população portuguesa que se encontrava em trânsito e apenas 29% eram de outras nações. Destes a maioria era francesa, seguida dos espanhóis, entre outros. Todavia, como estamos perante números muito pequenos, as conclusões carecem de sustentação. A caracterização da população em movimento passa ainda pela análise do sexo e estado civil, sendo constituída maioritariamente por homens solteiros. As mulheres também estão presentes, mas em números muito menores. A documentação possibilita também verificar como viajavam. Com as informações que possuía, a investigadora foi traçando quadros de mulheres e homens em grupos pequenos ou de maior dimensão, viajando e provindo de diver-

sos lugares e com alguns pertences, sinalizando ainda os que foram objeto de assistência espiritual no momento da morte.

O investigador Luís Ferreira discute indumentária e masculinidade, tomando para caso de estudo os cônegos seculares de São João Evangelista, de Vilar de Frades, na primeira metade de setecentos. Partindo de algumas questões meticulosamente pensadas, o texto vai percorrendo ao sabor da indumentária e dos acessórios, procurando conjugar roupa, condição social e regras da ordem religiosa.

Debulhando os inventários post-mortem elaborados entre 1733 e 1758, o autor deixa claro o lugar de destaque assumido pela indumentária nos bens inventariados. Estes instrumentos de descrição e avaliação serviam para criar rendimentos com os quais se pagavam as dívidas existentes, sendo o remanescente para a congregação e para beneficiar a alma do defunto. Apesar de terem votos de pobreza, os inventários provam a existência de bens que iam muito além dessa condição. Para além de exteriorizar níveis de riqueza, a indumentária identificava também diferenças de género. Através de uma linguagem específica adequada, o autor analisa a composição da indumentária dos padres, integrando-a nos estatutos e na sua condição de homens da Igreja. Analisada peça a peça, a indumentária dos padres é ainda observada em termos de peças exteriores e semi-interiores, do baixo e do alto corpo, bem como o tipo de tecido com que eram confeccionadas. A análise recai ainda sobre o calçado, demonstrando como este corpo de homens cobria os pés. Prova ainda que o voto de pobreza não era integralmente cumprido.

O texto de Véra Barroso analisa o fenómeno da emigração para o Brasil e tem a particularidade de seguir o rasto de um bracarense no Rio Grande do Sul:

João Baptista da Silva Pereira. Partindo dos fundos das Misericórdias, a historiografia dos dois lados do Atlântico tem destacado figuras que ocuparam lugares proeminentes nestas instituições, fruto da ascensão social que protagonizaram. Para além do arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre, a historiadora investigou ainda em arquivos particulares e públicos procurando analisar e compreender melhor o futuro Barão do Gravataí na primeira metade do século XIX.

Saído de Braga em direção à cidade da Bahia onde se manteve algum tempo, João Baptista da Silva Pereira rumou a Porto Alegre, cidade em que acabou por formar família e morrer. Prosperou com a construção naval, mas rapidamente aplicou o seu capital em outras atividades produtivas e em escravos. O seu poder financeiro materializou-se ainda no solar em que vivia e no qual recebeu o imperador na sua deslocação a Porto Alegre, cidade onde integrou a Misericórdia, tendo nela assumido o posto mais elevado. Pelos serviços prestados enquanto comandante da Guarda de Porto Alegre na guerra do Uruguai, recebeu o título de Barão do Gravataí, em 1852, ao que se juntaram outras condecorações. O inventário dos seus bens demonstra a riqueza e os luxos de que se rodeava, onde se incluía um número alargado de escravos. A livraria era também recheada, assumindo particular curiosidade os volumes relativos ao Direito e à Jurisprudência, mas onde se assinalam outras matérias. O trabalho encerra com as dificuldades sentidas pela família após a sua morte.

É também sobre o século XIX que Miguel Sopas Bandeira escreve um texto em torno das «Voltas de Macada», no conselho de Braga. Recentemente aprovada a sua candidatura a bem patrimonial pela Câmara Municipal de Braga, a temática ganha atualidade ao pretender conservar um

dos patrimónios históricos e rodoviários do nosso país. Testemunhos de um período histórico de construção de estradas no território nacional, as «Voltas de Macada» integravam a antiga estrada que ligava Braga ao Porto, traçada em oitocentos, e materializam a dificuldade da engenharia da época em ultrapassar as barreiras que se colocavam pela frente.

Considerada importante instrumento de desenvolvimento e de dinamização económica, a construção de estradas ganhou novo impulso com o Liberalismo. O caso do Minho reveste-se de interesse particular por se tratar de uma região muito populosa e dinâmica, mas, tal como o restante território, esteve sujeito à instabilidade política da primeira metade de oitocentos. Com a Regeneração, o processo acelera-se não somente através da construção de novas vias, como da reparação e melhoramento das existentes. Com ela, a ligação Porto-Braga vai ser inaugurada em 1852. Este texto vai, contudo, muito além das «Voltas de Macada», pois através dele se acede ao desenvolvimento viário português dos séculos XVIII e XIX, muito concretamente do Minho, e com ele se conhece a mobilidade de pessoas, bens, ideias e mensagens escritas, bem como a um programa consistente de novas vias, principalmente durante o Liberalismo.

Cristiana Silva debruça-se sobre o palácio de Dona Chica, edifício da segunda década do século XX. A autora baliza a sua reflexão entre o passado e o futuro e com ela pretende resgatar a memória que valoriza um património arquitetónico de relevante significado e que patenteia a ascensão social dos primitivos donos. Monumento de Interesse Público, o palácio de Dona Chica está associado aos «brasileiros de torna viagem», uma vez que a fortuna dos pais dos primeiros proprietários resulta da sua presença no Brasil. Foi construí-

do pelo arquiteto suíço Ernesto Korrodi, que deixou em Portugal vários trabalhos marcados pelo seu espírito visionário. O palácio de Dona Chica «apresenta uma arquitetura eclética e historicista inspirada na Idade Média», mas apresenta também elementos de Arte Nova.

A autora faz uma análise sobre a gramática decorativa do edifício e reflete sobre os elementos que compõem o jardim, nomeadamente um lago e uma gruta artificial. Na análise efetuada aos espaços do palácio, a investigadora realça também os destinados aos serviços, os de caráter social e os do domínio mais privado. Sujeito a uma assinalável rotatividade de proprietários e de algumas obras efetuadas por alguns deles, o palácio de Dona Chica acabou, já no nosso século, por ser vendido a uma empresa que pretende adaptá-lo a um hotel de charme, objetivo que se deseja concretizado.

O estudo de Eduardo de Aguiar e Silva sobre a Igreja Católica em Braga durante o período revolucionário de 1974 e 1975 aponta para tensões e conflitos existentes no seio da instituição no período pré-revolução e demonstra a sua oposição aos ideais marxistas. O texto é um importante contributo para conhecer o posicionamento da Igreja bracarense no período em análise, o que só por si é significativo, tendo em consideração a falta de estudos sobre o assunto.

Regida pela prelatura do arcebispo D. Francisco Maria da Silva entre 1963 e 1977, a arquidiocese de Braga manteve uma atitude colaborativa com o Estado Novo, pese embora a existência de sinais de tensão com alguns setores do clero, nomeadamente alguns clérigos que desejavam um maior aprofundamento das decisões conciliares do Vaticano II, o que causou a alguns deles a sujeição a penas canónicas aplicadas pelo arcebispo, em 1972. Para

além deste, outros casos se seguiram, mostrando não somente o questionamento que faziam ao poder do arcebispo, como evidenciavam uma vontade de mudança. Esta era protagonizada por alguns setores do clero, mas também por vários leigos. Com a Revolução de Abril, esse movimento ganha nova força e em Braga a publicação de textos e a realização de conferências denunciavam uma Igreja autoritária, pouco progressista, amarrada ao Estado Novo e com pouco sentido renovador. As críticas ao arcebispo subiram de tom e os conflitos agudizaram-se, mormente a existência de momentos de glória para a Igreja bracarense, como o que se verificou com o II Congresso Eucarístico Nacional, ocorrido em julho de 1974. Porém, os desenvolvimentos revolucionários a nível nacional, como, por exemplo, a intervenção na Rádio Renascença, foram incendiários para a Igreja bracarense, que convoca os seus fiéis a participar numa manifestação de apoio aos seus ideais, realizada a 10 de agosto de 1975. Na sequência a sede do PCP foi assaltada e queimada, mas outros edifícios de significado político foram igualmente assaltados por uma multidão em fúria. Com todas estas ações, a Igreja de Braga não somente demonstrava ser adepta da transição para o novo regime democrática, como discordava fortemente da «progressiva viragem à esquerda que se ia verificando na sociedade portuguesa».

É ainda o tempo da Revolução de Abril que serve de pano de fundo a Bruno Madeira para, através do jornal *Correio do Minho*, analisar como «os diferentes agentes políticos se apresentaram, organizaram e intervieram no concelho e no distrito». O trabalho que se apresenta com oportunidade historiográfica promove a dimensão da revolução em contextos mais distantes dos grandes centros urbanos, apontando para dinâmicas próprias e complexas.

É, pois, sobre a forma como o *Correio do Minho* viu, sentiu e apresentou a Revolução aos seus leitores que Bruno Madeira reflete, procurando «pluralidades de perspetivas». O autor procede a um itinerário de vida do jornal no pós-25 de abril, ligando-o a partidos políticos e a personalidades para demonstrar a linha editorial seguida e as mudanças a que esteve sujeito. Esta análise permitiu a Bruno Madeira acompanhar a forma como o jornal deu visibilidade à Revolução em Braga e evidenciar as transformações ocorridas.

Resgatar ecos e analisar o património sineiro é o pretexto para Ângela Calisto nos introduzir no mundo dos sinos e nas práticas sineiras de Braga, num momento em que são confrontados com vários desafios. Frente ao problema, a autora procura formas de salvaguardar e preservar um património relevante.

Recordando a trajetória dos sinos ao longo da História e as suas diferentes funções, a autora centra a análise na sua importância religiosa e social e propõe como metodologia de divulgação e preservação através de um filme documental sobre a temática. Destaca também o trabalho

realizado pela Fundação de Sinos de Braga para manter viva a paisagem sonora dos sinos, nomeadamente no que diz respeito à salvaguarda e à consciencialização para a importância deste património, que enfrenta, como foi referido, obstáculos na atualidade, desde logo pela mudança dos tempos, pela falta de um registo sistemático, mas igualmente pelo progressivo desaparecimento de sineiros.

Este volume integra ainda seis resenhas, redigidas por investigadores nacionais e estrangeiros, nomeadamente das universidades de Santiago de Compostela, de León, do País Vasco e do Minho, bem como dos centros de investigação CITCEM e Lab2PT.

As minhas últimas palavras são de agradecimento: à Comissão Diretiva da Revista; aos autores, que cederam os seus textos; aos colaboradores do Arquivo Municipal de Braga pelo empenho e simpatia; e aos leitores, por continuarem a acompanhar de forma interessada o que publicamos na *Bracara Augusta*.